

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	35
1 – HISTÓRICO DA PROTEÇÃO SOCIAL	37
1.1 Histórico da proteção social no mundo.....	38
1.2 Histórico da proteção social no Brasil.....	41
1.3 Histórico da proteção social dos servidores públicos brasileiros	46
2 – SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	57
2.1 Conceito de seguridade social.....	58
2.2 Princípios da seguridade social.....	61
3 – PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: REGIMES.....	67
4 – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS.....	71
4.1 Conceito e justificação constitucional	71
4.2 Normas aplicáveis: as ondas constitucionais reformistas.....	76
4.3 Características.....	80
4.4 Autonomia	84
4.5 Obrigatoriedade do RPPS	86
4.5.1 Regime próprio facultativo: autonomia do ente federado.....	88
4.5.2 Regime próprio como direito subjetivo do servidor titular de cargo efetivo	89
4.5.3 Regime próprio obrigatório para o servidor titular de cargo efetivo sem ferir a autonomia federativa	93
4.5.4 Consequências da obrigatoriedade de regime próprio de previdência aos servidores titulares de cargos efetivos.....	95
4.5.5 Conclusão.....	104
5 – SEGURADOS E NÃO SEGURADOS.....	105
5.1 Conceitos de segurado, dependente, beneficiário e contribuinte	105

5.1.1	Filiação e inscrição do segurado	107
5.2	Situação do servidor público titular de cargo efetivo	108
5.3	Situação do servidor público em estágio probatório.....	111
5.4	Situação do servidor público ocupante de cargo em comissão depois da EC 20/98	112
5.5	Situação do servidor público ocupante de cargo em comissão antes da EC 20/98	114
5.6	Situação do servidor público de contrato temporário	115
5.7	Situação do empregado público	116
5.8	Situação do servidor público ocupante de função pública	117
5.9	Situação do exercente de mandato eletivo.....	121
5.10	Situação dos notários, tabeliães, oficiais de registro, registradores, escreventes e auxiliares	123
5.11	Polêmica interpretação do § 13 do art. 40 da CF/88 com a redação dada pela EC 20/98.....	124
5.12	Perda da condição de segurado	132
6	– DEPENDENTES	135
6.1	Autonomia e critérios na definição dos dependentes pelas unidades federadas	135
6.2	Cônjuges ou companheiros	137
6.3	Filhos	139
6.3.1	Filhos menores.....	139
6.3.2	Nascituro.....	140
6.3.3	Filhos inválidos.....	141
6.3.4	Equiparados a filhos: enteados e tutelados.....	141
6.4	Pais.....	141
6.5	Irmãos	142
6.6	Menor sob guarda.....	143
6.7	Curatelados	144
6.8	Relações homoafetivas.....	145
6.9	Perda da condição de dependente.....	149
7	– CUSTEIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	151
7.1	Fontes de Custeio do RPPS.....	151
7.2	Conceito e natureza jurídica da contribuição social	152
7.3	Classificação das contribuições sociais	155
7.3.1	Desvinculação dos Recursos da União - DRU	159
7.4	Contribuição previdenciária dos servidores inativos e pensionistas.....	160
7.5	Alíquota e base de cálculo.....	178
7.6	Decadência e prescrição da contribuição social	184

8 – BENEFÍCIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	191
8.1 Aposentadoria.....	194
8.1.1 Aposentadoria por invalidez.....	195
8.1.2 Aposentadoria compulsória.....	200
8.1.3 Aposentadoria voluntária.....	200
8.1.3.1 Aposentadoria do(a) professor(a).....	202
8.1.4 Aposentadoria especial.....	205
8.1.4.1 Aposentadoria do policial civil.....	215
8.1.5 Regras de transição: segurança jurídica, direito adquirido e expectativa de direitos.....	218
8.1.5.1 Art. 3º da Emenda Constitucional 20/98.....	226
8.1.5.2 Art. 40 na redação original da Constituição de 1988.....	228
8.1.5.3 Art. 8º da Emenda Constitucional 20/98.....	229
8.1.5.4 Art. 40 na redação da Emenda Constitucional 20/98.....	231
8.1.5.5 Art. 3º da Emenda Constitucional 41/03.....	232
8.1.5.6 Art. 2º da Emenda Constitucional 41/03.....	233
8.1.5.7 Art. 6º da Emenda Constitucional 41/03.....	235
8.1.5.8 Art. 3º da Emenda Constitucional 47/05.....	237
8.1.6 Proventos: cálculo e reajuste.....	237
8.1.6.1 Os proventos de aposentadoria do servidor público titular de cargo efetivo antes da EC 20/98.....	238
8.1.6.2 Os proventos de aposentadoria do servidor público titular de cargo efetivo entre a EC 20/98 e a EC 41/03.....	240
8.1.6.3 Os proventos de aposentadoria do servidor público titular de cargo efetivo após a EC 41/03.....	242
8.1.6.4 Os proventos de aposentadoria do servidor público titular de cargo efetivo nas regras de transição.....	247
8.1.7 Averbação e desaverbação de tempo de contribuição.....	249
8.1.8 Desaposentação.....	251
8.2 Pensão.....	255
8.3 Auxílio-doença.....	257
8.4 Salário-família.....	258
8.5 Salário-maternidade.....	259
8.6 Auxílio-reclusão.....	261
8.7 Auxílio-acidente.....	261
8.8 Abono de permanência.....	262
8.9 Outros benefícios.....	264
8.10 Acumulação.....	265
8.11 Teto, subteto e abate-teto.....	270
8.12 Decadência e prescrição.....	273

9 – CONTAGEM RECÍPROCA DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES PREVIDENCIÁRIOS – LEI 9.796/99.....	275
10 – CONFLITOS FEDERATIVOS A RESPEITO DO RPPS.....	283
10.1 O Conceito de Empresa e o RPPS.....	285
10.2 Certidão negativa de débito (CND) e certidão positiva de débito com efeito de negativa (CPD-EN).....	286
10.3 Certificado de regularidade previdenciária (CRP).....	288
10.4 Cadastros restritivos: CADIN e CAUC.....	289
10.5 (Ir)responsabilidade pessoal de agentes políticos por descumprimento de obrigações tributário-previdenciárias.....	290
11 – PROCESSO PREVIDENCIÁRIO.....	295
11.1 Processo administrativo de tributos previdenciários.....	296
11.2 Processo administrativo de benefícios previdenciários.....	299
11.3 Processo judicial de tributos previdenciários.....	301
11.4 Processo judicial de benefícios previdenciários.....	304
12 – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	305
12.1 Vedação de contagem de tempo ficto.....	305
12.2 Subsidiariedade do RGPS.....	306
12.3 Fundo previdenciário.....	308
12.4 Sistema de saúde do servidor público.....	309
12.5 Regime de previdência complementar do servidor público.....	315
13 – COMENTÁRIOS À LEI GERAL DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – LEI 9.717/98.....	317
14 – COMENTÁRIOS À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL 101/2000 E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	325
15 – CRÍTICA ÀS ONDAS REFORMISTAS: EM BUSCA DE NOVOS PARADIGMAS PREVIDENCIÁRIOS – A JUSTIÇA PROSPECTIVA.....	331
REFERÊNCIAS.....	339
ÍNDICE ALFABÉTICO.....	345